

Universidade Federal de Juiz de Fora

*As contradições de Gênero: pesquisando dentre os campos da História e
Educação.*

TCC de Licenciatura do Curso de Licenciatura em
História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Vitória Marques Bergo

JUIZ DE FORA – 2015

Linha de Pesquisa: Estudos de gênero, Educação, Memória e História Social.

Delimitação do Tema:

Uma sociedade assimétrica, sem relações de poder é uma abstração, mas, precisamos pensar uma sociedade livre de violência. Se estou no campo da Educação não posso cair no campo do niilismo, pois Educação e niilismo não conversam, são antagônicos.

(Alfredo Veiga-Neto, informação verbal)

A inserção de mulheres nos programas de Pós Graduação, nos campos de pesquisa e de atuação política tem sido um processo lento, porém gradual, dentro a sociedade brasileira. Este processo teve início a partir dos reflexos das produções e lutas feministas das décadas de 70 e 80 no Brasil¹, trazendo consigo um deslocamento teórico epistemológico do olhar sobre a mulher enquanto reconhecido sujeito histórico - em oposição à visão de homem universal que retirara da História a mulher em seu protagonismo do fazer histórico completamente. Assim, também foi grande a contribuição dos Annales nos desdobramentos da construção da dita Nova História, tendo em vista que a Escola dos Annales “ao direcionar as pesquisas no âmbito político para o social, possibilitou estudos sobre a vida privada, as práticas cotidianas, a família, o casamento, a sexualidade etc. Temas que permitiram a inclusão das mulheres na história.”², gerando um alargamento em direção à categoria de gênero e seu uso nos estudos da História Cultural, possibilitando outras perspectivas de análise na Historiografia mais recente.

Partindo por uma demanda social, os estudos de gênero em diálogo com demais os campos temáticos em movimento, em busca de novos caminhos e debates teóricos, permitiram que surgissem novos olhares sobre o passado, compreendidos principalmente a partir da leitura de filósofos como Michel Foucault e Deleuze. Considerados como “filósofos da diferença”, ambos concebem o passado enquanto uma construção discursiva, permanentemente em jogo dentre as relações de poder vivenciadas pela sociedade em conflito e em transformação constante. Portanto,

Esta reflexão se faz tanto mais necessária, quanto mais nos damos conta de que a História não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história. (MATOS, 1997, p.81)

1 MATOS, Maria Izilda S. de. & SOLER, Maria Angélica (orgs). As mulheres e estudo de Gêneros e percursos e possibilidades. In: Gênero em Debate- Trajetória e Perspectivas na Historiografia Contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

2 SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/276/311>. Acesso em jun.2015.

Nesse sentido, pretendo por parte desta pesquisa trabalhar com a análise dos discursos envolvidos nos processos criminais chamados “atos carnais”, pertencentes ao Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora, ocorridos na cidade e nas suas freguesias vizinhas, do período que se estende de 1894 até 1940, levando em consideração os critérios que serviam como orientação para o desfecho dos julgamentos envolvendo os crimes sexuais referidos como “atos carnais” - processos criminais de estupro e defloração de mulheres. No momento histórico em estudo, o sexo passa a ser apropriado pelo Estado moderno em formação trazendo consigo um discurso médico e jurídico sobre os corpos e sujeitos, instaurando uma maneira nova de promoção do controle social que Foucault chama de sociedade disciplinar, da punição e julgamento. O sexo enquanto negócio do Estado passou a ser um assunto de interesse de todo o corpo social em função das exigências e definições médicas sobre a normalidade.³

Entretanto, conforme Marta Abreu explicita em sua análise acerca do cotidiano do Rio de Janeiro da Belle Époque na sua obra *Meninas Perdidas*, “essa preocupação não se deu sempre da mesma forma em todo o corpo social. A chamada “tecnologia do sexo”, para correção dos desvios e medicalização do comportamento sexual da mulher, foi aplicada primeiramente nas elites”. A estratificação social foi assim sendo imposta em uma sociedade em transição na sua formação urbana, em que se pretendia civilizar e normatizar finalizando com os costumes populares, criminalizando e condenando formas de amor que não contemplassem os deveres familiares da elite do trabalho e da moral cristã.

Logo, partindo da leitura de Marta Abreu, buscarei pensar os processos de defloração da cidade de Juiz de Fora e freguesias sob a leitura do Código Penal brasileiro a partir de 1890 e suas reformulações posteriores. Este em 1890 “exteriorizava nas próprias palavras o objetivo de conservar a organização social tendo por base a família legal e moralmente constituída”⁴. Esse entendimento a respeito do comportamento social

“a respeito do comportamento da mulher ideal permaneceu até o século XX, como se depreende da leitura dos nossos códigos penais. Todos, desde o Código Criminal do Império, ao definir, por exemplo, os crimes sexuais, referem-se ao agravo cometido contra 'mulheres honestas', termo que constou no Código Penal de 1940 (artigos 215 e 216), em vigor até 2003, quando foi finalmente banido da legislação brasileira por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, em 25 de novembro”. (NADER; LAGER, 2012, p.288)⁵

3 FOUCAULT, Michel, *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. 5A ed., Rio de Janeiro, Graal, 1984.

4 Ver Siqueira, G., *Direito Penal Brasileiro*, Rio de Janeiro, Livr. Jacinto, s.d., p. 423.

5 NADER, Maria Beatriz. LAGE, Lana. Da Legitimação à condenação social. In: Nova História das Mulheres no Brasil. Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro (organizadoras). São Paulo, 2012. Ed. Contexto, P. 288.

Justificativa:

Tendo em vista os estudos de gênero enquanto um viés recentemente bastante difundido nos debates educativos e também um caminho possível a ser percorrido dentre os diversos campos da historiografia atual, este trabalho se pretende não somente acadêmico, pois revela o seu cunho social na promoção do sujeito histórico mulher enquanto agente social combatente à ideologia do machismo, em seu meio e tempo histórico, até os tempos atuais. Procurando me aproximar da realidade do presente na qual ainda mulheres brasileiras são violentadas e/ou estupradas a cada intervalo de doze segundos, desejo discutir os casos de estupro do passado não somente na tentativa de desvelar os atos cometidos por homens criminosos, mas principalmente no intuito de dar voz aos sujeitos mulheres ocultadas que buscaram, pelos mecanismos de leis, ainda em formação em sua estrutura jurídica moderna, se mostrarem resistentes contra a opressão masculina desmedida naquela sociedade que se configurava patriarcal e conservadora.

Com intuito de deslegitimar a ideologia patriarcal que há muito tratou os casos de violência contra a mulher como um caso de ordem privada, ainda se faz muito necessário hoje trazer à tona o debate sobre a apropriação e o uso do corpo da mulher tanto no espaço público quanto no privado. Resgatar e denunciar os atos cometidos que se insistem presentes na contemporaneidade, em condições que variam em desigualdades quem permanecem ao longo dos séculos, desde a era colonial, referentes às condições de raça e classe; atravessando permanentemente as identidades femininas que se formam, se trata de um dever e um compromisso também político.

Desta maneira, a leitura e análise dos discursos produzidos nos processos de estupro e defloramento das mulheres da sociedade juiz-forana traz as formas de argumentação e elucida as maneiras de defesa das mulheres vítimas de crimes, que na maioria das vezes eram analfabetas e consideradas “miseráveis” pelos juízes. Essas leituras abrem portas para perceber os mecanismos de resistência feminina e nos ajuda

“para a desconstrução das imagens tradicionais das mulheres como passivas e incapazes de vida racional e de decisões de peso [...] ao investirem contra as múltiplas manifestações do poder, e enquanto elaboradoras de iniciativas, de formas de percepção e de experiências que merecem ocupar lugar na memória social, tanto quanto as masculinas.” (RAGO, 1995, p. 8).

Os relatos das vítimas e das testemunhas representam um grande material onde podem ser encontradas diversas contradições sociais existentes naquela sociedade. Noções como virgindade, honra, honestidade e pureza aparecem em alguns discursos disciplinares. Suen Caulfield salienta que, em relação às mulheres, “atitudes eram interpretadas pela maioria de seus adversários do sexo oposto nos julgamentos de casos de defloramento: os rapazes acusados, as testemunhas de defesa e os advogados”, o que revela que historicamente no Brasil o comportamento das mulheres em

determinação à sua sexualidade se torna “coisa pública” e não pertencente à elas mesmas, determinando um forte controle sexual sobre seus corpos, em uma oposição binária clássica entre os gêneros que ainda hoje tem sido bem lentamente desconstruído pelos teóricos do gênero, das sexualidade e da teoria *queer*.

Noções que preconizam a culpabilidade extrema da mulher ainda permanecem presentes em grande partes dos discursos correntes que dizem das mulheres como provocadoras de abusos, naturalmente sedutoras ou incitadoras de crimes violentos. Esses tipos de discursos presentes ainda no século XXI revelam que ainda há uma

abordagem, através dessa tradição narrativa, da mulher percebida como tentadora do homem, aquela que perturbava a sua relação com a transcendência e também aquela que conflituava as relações dos homens entre si. Assim, nessa perspectiva, a mulher passa, então, a ser intimamente ligada à idéia da natureza, à carne, ao sexo, ao prazer, domínios que tinham de ser rigorosamente normatizados. (CUNHA, 2000, p. 2).

Problematização:

Nos processos criminais estudados por LAGE e NADER também ocorridos no início do século XX, no Rio de Janeiro, “o comportamento costumeiro, o caráter e a posição social dos envolvidos eram mais valorizados nos discursos jurídicos do que o próprio crime” (2012, p. 290).

Buscarei em meu trabalho perceber se estes tipos de valores sobre as condições sociais e morais “ideais” que envolvem os julgamentos na cidade do Rio de Janeiro permanecem na leitura dos casos de Juiz de Fora e vizinhança, traçando assim analogias e comparações entre esta sociedade e a sociedade do Rio de Janeiro, amplamente já estudada por diversas autoras feministas dentro de linha teórica semelhante.

Dentro desta perspectiva, buscarei os critérios analisados para definir culpabilidade dos réus ou das ofendidas para problematizar conceitos que surgem no debate (como por exemplo, no caso dos processos estudados do Rio de Janeiro: miserabilidade, honra, honestidade e conduta imoral, etc) procurando entender como todos estes discursos enunciados sobre os corpos e os gêneros se relacionam. Tenho por objetivo compreender as subjetividades constituídas nos processos, permeando a construção social das identidades coletivas de gênero e as contradições que tangem a moral e a prática do sexismo na sociedade da época. Percebendo as relações desiguais de gênero e sexualidade, busco entender também o presente, com suas permanências e continuidades referentes às ideologias que se construíram mesmo antes do início do século passado.

Metodologia:

Dialogando com as ciências sociais e a antropologia, quero compreender às especificidades

culturais e morais que estavam sendo constituídas pela sociedade de Juiz de Fora e região, situada em seu contexto histórico específico, o que ainda está para ser estudado.

Para perceber as diferenças e desigualdades promovidas entre as classes sociais envolvidas nos atos criminosos; como elas se relacionavam a partir dos lugares por quais falavam de si e dos outros, me baseio primordialmente nos Estudos de Gêneros, na História Social e nos Estudos Foucaultianos. Trabalhando com os atravessamentos que envolvem a sociedade de Juiz de Fora e vizinhança acerca das categorias inter-relacionadas de classe, cor/raça e gênero com embasamento na metodologia de trabalho de Sueann Caulfield e Martha Abreu, pretendo fazer um levantamento quantitativo e um cruzamento qualitativo das relações de parentesco; estrutura familiar; índice de miserabilidade; origem; cor; classe e grau de alfabetização dos atores sociais, das ofendidas, dos réus e das testemunhas que surgem na documentação deste longo período. Tal caminho torna-se possível mediante a grande quantidade de dados apresentados nos processos sobre as condições sociais dos agentes históricos.

Existe no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora uma grande quantidade de processos referentes à 5 décadas de ocorrências na região, ainda em ótimo estado, o que tornou o desenvolvimento deste projeto viável. Como só tive um primeiro contato com os documentos, ainda não pude fazer uma análise mais detalhada da série documental na sua totalidade para elencar o material que utilizarei na análise, portanto, não irei por agora fazer uma apresentação descritiva das fontes. Isto será cumprido, conforme demarco no cronograma de trabalho, entre os meses de julho, agosto e setembro.

Referencial Teórico.

Me baseio na linha dos estudos pós-estruturalistas, pensando a partir de filósofos como Michel Foucault, Giles Deleuze e Alfredo Veiga Neto conceitos como violência, discursos e subjetividades.

À luz de leituras de Foucault, penso a ideia das subjetividades e dos discursos em uma relação de troca e produção. Para análise dos processos, entendo as subjetividades

“como algo produzido a partir de saberes construídos e produtores de discursos que, por sua vez, produzem os objetos sobre os quais discursa. São também produtoras do sujeito as relações de poder de uns sobre os outros, assim como as relações do indivíduo consigo mesmo.” (RITTI, 2010, p.17).

Além disso, tomo a violência contra a mulher pensada no campo da educação como o tema que atravessará toda esta pesquisa, desde o início do projeto até a sua finalização. Segundo Foucault (1993, p.243), “uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades, não tem, portanto, junto de si,

outro pólo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la.”. Nesse sentido há importância em se discutir a resistência feminina e as diversas maneiras de subversão em meio à relações de poder assimétricas da sociedade, pensando que essa relação também não acaba com o desfecho vitorioso (ou não) dos processos criminais estudados no/do passado. Penso que “violência não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza” (VELHO, 1996, p. 10).

Cronograma.

<i>Período</i>	<i>Ação</i>
Julho/Agosto 2015	Pesquisa no Arquivo.
Setembro/2015	Pesquisa no Arquivo, Pesquisa bibliográfica e discussão teórica.
Outubro/Novembro/2015	Escrita e discussão do projeto junto ao grupo de pesquisa.
Dezembro/2015	Escrita final e entrega do projeto.

Bibliografia de Referência.

CAULFIELD, Sueann. (2000). *Em defesa da Honra: Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas/SP: Editora da Unicamp.

ESTEVES, Martha de Abreu. (1989). *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FOUCAULT, Michel, *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. 5A ed., Rio de Janeiro, Graal, 1984.

CUNHA, M. F. . Mulher e Historiografia: Da Visibilidade à Diferença.. *História e Ensino*, Londrina - PR, v. 6, p. 141-161, 2000.

MATOS, Maria Izilda S. de. & SOLER, Maria Angélica (orgs). *As mulheres e estudos de Gêneros e percursos e possibilidades*. In: *Gênero em Debate- Trajetória e Perspectivas na Historiografia Contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

NADER, Maria Beatriz. LAGE, Lana. *Da Legitimação à condenação social*. In: *Nova História das Mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro (organizadoras). São Paulo, 2012. Ed. Contexto.

RAGO, Margareth. *Cultura histórica em debate – as mulheres na historiografia brasileira*. São Paulo: unesp, 1995.

RITTI, Rosalinda Carneiro de Oliveira. **Adolescentes de periferia:** subjetividades construídas entre o poder e a violência. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UCP, Petrópolis-RJ, 2010. Disponível em: http://www.ucp.br/html/joomlaBR/images/MESTRADO_DISSERTACOES/2010/Rosalinda%20Carneiro%20Ritti.pdf

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade . Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/276/311>. Acesso em jun.2015.